

## APARÍCIO SARAIVA: UM CAUDILHO DE DUAS PÁTRIAS

Ana Luiza Setti Reckziegel<sup>1</sup>

**RESUMO:** O período que se estende de 1893 a 1904 foi marcado por conturbações políticas em no Rio Grande do Sul e no Uruguai, com destaque a atuação do caudilho Aparício Saraiva, chefe do Partido Blanco. Saraiva participou da Revolução de 1893 no Rio Grande do Sul, ao lado do Partido Federalista, e, após, promoveu em seu país duas grandes insurreições, a de 1897 e a de 1904. A ação de Saraiva e suas vinculações com a política rio-grandense nestes momentos de guerra será o tema da análise proposta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fronteira – Revoluções – Caudilhos

**ABSTRACT:** The period that goes from 1893 to 1904 was marked by political worries in Rio Grande do Sul and Uruguay, with prominence to caudilho Aparicio Saraiva's acting, leader of the White Party (Partido Blanco). Saraiva participated in the Revolution of 1893 in Rio Grande do Sul, being on Federalist Party's side and, after that, promoted two big insurrections in his country, that of 1897 and that of 1904. Saraiva's action and his linkages with rio-grandense politics at these moments of war will be the theme of the proposal analysis.

**KEYWORDS:** Frontier – Revolutions – Caudilhos

Abordar a atuação de Aparício Saraiva consiste para o historiador uma tarefa complexa, na mesma medida em que foi complexa a trajetória política deste personagem, caudilho uruguaio e líder máximo do Partido Blanco. Na impossibilidade de nos atermos a abordagens generalizantes, destacaremos nesse artigo as conexões políticas que Aparício Saraiva manteve com o Rio Grande do Sul, em três momentos distintos: o da Revolução Federalista de 1893 e o das Revoluções de 1897 e de 1904.

É importante destacar que o relacionamento entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai foi estruturado em uma *região* na qual se reconhece uma identidade comum, se bem que subordinada a Estados distintos. Esta área compartilhada desde os primórdios de sua ocupação, fez esta região uma zona comum, não propriamente pelo espaço que ocupa mas sim pela história que as une. Para tanto, a noção conceitual de região com a qual imaginamos esta interação não pode ser vista como algo previamente estabelecido mas a partir de uma perspectiva de que esta região foi construída ao longo do processo histórico concreto. Nessa sentido, verificamos que se formou nessa zona um *espaço de autodeterminação* que só pode

---

<sup>1</sup> Professora Titular do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. E-mail: anareck@wavetec.com.br

ser completamente apreendido se levarmos em conta a posição diferenciada do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país seja por seu modelo econômico, seja pela peculiaridade de sua *fronreira* viva em constante movimento.

Os traços de identidade comum que se verificam em termos da economia e da cultura na fronteira do Rio Grande do Sul e do Uruguai apontam para um processo de interação intensa, porém permeados também por conflitos. Nesse cenário emerge Aparício Saraiva, intervindo de um lado e de outro da fronteira em momentos específicos de conturbação política. Iniciaremos a abordagem com o envolvimento de Saraiva no episódio de 1893, a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul.

#### I- APARÍCIO SARAIVA NA REVOLUÇÃO DE 1893: BLANCOS E FEDERALISTAS

Durante os períodos de convulsão revolucionária de um lado ou de outro da fronteira, o relacionamento entre o Rio Grande do Sul e Uruguai pode ser percebido em uma dimensão que extrapola o panorama econômico ou sócio-cultural comum nessa zona. Particularmente, no período que compreende a Revolução Federalista de 1893, as ligações de um grupo de rio-grandenses – os federalistas - com uma facção política uruguaia – os blancos -, causou um enorme constrangimento internacional e gerou uma crise significativa no relacionamento diplomático.

A revolução que eclodiu no dia 2 de fevereiro de 1893, quando os federalistas transpuseram a fronteira rumo a Bagé com mais de quatrocentos homens, impressionava pelo número de uruguaios que ostentavam divisas do Partido Blanco.

As circunstâncias que determinaram o apoio dos blancos à guerra travada pelos federalistas contra o governo de Júlio de Castilhos têm além das identificações fronteiriças em nível sociocultural e econômico, um componente fundamental representado pela posição do Partido Blanco na cena política uruguaia no início da década de 1890.

É preciso salientar que a eleição do colorado Julio Herrera y Obes para a presidência da República, em março de 1890, constituiu um duplo marco para a vida política do Uruguai: primeiro, porque reintegrou o elemento civil ao cargo de primeiro mandatário do país, depois de uma sucessão de governos militares; segundo, porque sua linha de governo traria obstáculos à efetivação do regime de co-participação, que garantia aos blancos o domínio político sobre alguns departamentos. Em decorrência disso, a oposição blanca retomaria uma

tradição que parecia Ter sido encerrada em 1872, com a Paz de Abril, e que se configurava no apelo à revolução.<sup>2</sup>

A organização do governo de Herrera y Obes foi pautada, inicialmente por suas promessas de campanha, que incluíam a participação dos partidos no ministério. Porém, o mesmo cuidado não foi tomado em relação à nomeação dos governos departamentais, as *chefaturas*. Por força do acordo de 1872 deveriam ser entregues aos blancos quatro chefaturas, sendo que Herrera só o fez em relação a três delas, Cerro Largo, Treinta y Tres e Flores, diminuindo a grau de participação blanca na política do país.

A consequência dessa atitude foi que, uma vez ignorados os termos originais do chamado regime de co-participação por Herrera, não restou aos blancos outra solução que não fosse dada pela via revolucionária.

O presidente também discriminou o povo, entendendo que este não tinha aptidões suficientes para gerir o processo político-eleitoral, atribuindo a si mesmo a coordenação do mesmo – uma postura elitista, típica do temor que a classe política tinha do ingresso das camadas médias e do proletariado na política nacional. Pela ótica de Herrera e de seus apoiadores, a política configurava uma atividade reservada a uma elite culta urbana, sendo sua meta lutar contra o militarismo e continuar combatendo um inimigo histórico: o caudilhismo.

A postura de Herrera não descontentou somente os blancos, mas provocou fissuras também dentro das hostes coloradas. Elementos como José Batlle y Ordoñez, redator do jornal *El Día*, passaram a questionar o aristocratismo presidencial, propondo o estabelecimento da democracia dentro do próprio partido e conclamando a todos os simpatizantes do coloradismo à participação nas eleições internas e na elaboração do programa partidário. Mais afinado com a sua época, Batlle antecipava-se na incorporação dos novos setores sociais que já não podiam permanecer à margem da política nacional.

Por seu turno, o Partido Blanco atravessava um momento complicado dividido em duas alas: a ala dos doutores urbanos e a ala dos caudilhos da campanha. Essa divisão interna acabava repercutindo numa falta de ação coordenada, relegando o Partido a um verdadeiro ostracismo político.<sup>3</sup> Isso somado à administração restritiva de Herrera, levava os blancos a

---

<sup>2</sup> Ver ACEVEDO, Eduardo. *Manual de história uruguaya*. Montevideo: s.e., 1936.

<sup>3</sup> Ver PIVEL DEVOTO, J.E. *Historia de los partidos políticos en el Uruguay*. Montevideo: Camara de los Representantes, 1994.

uma completa falta de perspectiva de mudança pela via eleitoral, restando a mesma via da qual os federalistas gaúchos faziam uso naquele momento: a revolução.

Guardadas as proporções, pode-se afirmar que os federalistas, em 1893, abriram um ciclo revolucionário que, apesar de não convergir para a mesma causa, singularizava-se em um ponto de confluência com os uruguaios, que residia não somente no fato de blancos e federalistas partilharem a zona de fronteira, quer no seu significado econômico, quer no estratégico, mas, sim, na questão de que, da mesma maneira que a oposição federalista não tinha como se manifestar em razão da hermética estrutura político-repressiva firmada pelo castilhismo, também os blancos encontravam-se imobilizados em virtude da manipulação político-eleitoral realizada pelo governo colorado.

Superior à existência de motivações comuns, foi o apelo à violência revolucionária que representou o papel de liame unificador entre os federalistas de Gaspar Silveira Martins e os blancos de Aparício Saraiva. Não se tratava tão somente de um assalto ao poder; o mote dessas revoluções era o dilema centrado na impossibilidade da disputa política. Se tomarmos o caso dos federalistas, veremos a perseguição que lhes foi impingida por um governo despótico, que se adonou do poder através de um golpe, em 1892, e que, a partir daí, desencadeou uma perseguição sem trégua à oposição. Por sua vez, a situação uruguaia dizia respeito a um país dividido praticamente em dois grandes feudos: o governo blanco, instalado no departamento de Cerro Largo, representativo dos interesses da campanha, e o governo instalado em Montevidéu, ao redor do qual gravitavam os negócios da cidade-porto.

Durante a revolução de 1893, a aliança entre federalistas e blancos contou com a importante atuação de Gumercindo Saraiva, que desempenhou o papel de elo entre revolucionários rio-grandenses e blancos uruguaios. São escassas as referências bibliográficas sobre Gumercindo Saraiva, tanto por parte da historiografia brasileira quanto pela historiografia uruguaia. É provável que, em virtude da destacada participação desse personagem na Revolução Federalista, sejam mais freqüentes as menções a ele nas obras que tratam do episódio, as quais, em sua grande maioria, são de autoria de historiadores brasileiros.<sup>4</sup> Por parte da historiografia uruguaia<sup>5</sup> são ainda mais escassas as fontes

---

<sup>4</sup> Ver GOYCOCHEA, Luis F. *Gumercindo Saraiva na guerra dos maragatos*. Rio de Janeiro: Alba, 1943 e DORNELLES, Sejanos. *Gumercindo Saraiva: o guerreiro pampeano*. Caxias do Sul: Educs, 1988.

<sup>5</sup> Ver FONSECA, Manuel. *Gumersindo Saravia: el general de la libertad*. Montevideo: Florensa & Lafon, 1957 e LEONI, Francisco. *Gumersindo Saravia*. Montevideo: Epopeya, 1894.

bibliográficas a respeito de Gumercindo, dando-se mais evidência à biografia de seu irmão, Aparício.

Discussão presente nessa literatura diz respeito à nacionalidade de Gumercindo Saraiva: uruguaio ou brasileiro? Parece não haver dúvida quanto ao local de batismo de Gumercindo, uma vez que, em 1923, foi encontrada sua certidão na Câmara Eclesiástica de Pelotas. Entretanto, o local de batismo, naquela época, não correspondia necessariamente ao de nascimento, ou seja, em muitos casos, a pessoa nascia no Uruguai e era batizada no Rio Grande do Sul e vice-versa. Tal situação reafirma que a fronteira gaúcha com o Uruguai não era percebida como divisão de modos e costumes de vida, sendo habitual ser nascido em um lado e ser batizado em outro.

Depreende-se que, fosse a nacionalidade de Gumercindo brasileira, quer fosse oriental, o caudilho parecia sentir-se à vontade tanto num lado como no outro daquele espaço interligado, uma verdadeira zona de interação e de identidades comuns.

É essa situação de trânsito espontâneo, de ligações econômicas e familiares e de laços culturais e de ingerências políticas bilaterais que nos ajuda a compreender as imbricações desses caudilhos nas querelas políticas dos dois territórios. E levando em conta essa realidade singular, na qual percebia-se não um espaço internacional, mas sim a força da interregionalidade, que nos é possível avaliar que as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido permeadas por uma prática diplomática oficiosa, por uma verdadeira diplomacia marginal.

No contexto desse inter-relacionamento, pode-se afirmar que Gumercindo Saraiva não era, portanto, um estrangeiro no Rio Grande; somente o foi para o pensamento que inspirou a acusação de que aos federalistas haviam-se unido "bandidos" de outras nacionalidades. Esse foi mais um argumento usado pelo governador Castilhos contra os revolucionários de 1893.

Dessa trajetória política afinada com os federalistas, o apoio que emprestou a esse grupo por ocasião da revolução de 1893 foi, até certa medida, esperado. Suas afinidades com esse grupo firmaram-se ainda mais após terem sido apoiados também por seu irmão, Aparício. Combatendo juntos, encamparam a causa dos federalistas contra Castilhos, os Saraiva forma um importante elo entre os federalistas e os blancos, convertendo esses em um fator de reforço importantíssimo para a luta, tanto no que diz respeito às suas investidas no território

rio-grandense quanto no que se refere a infra-estrutura ofertada nos departamentos do norte uruguaio, por eles dominados.

Percebe-se, portanto, que as conexões mantidas entre federalistas e blancos, em 1893, ultrapassam a esfera do relacionamento oficial entre os governos dos dois países e amparam-se numa forte solidariedade estratégica entre grupos políticos daqui e de lá.<sup>6</sup>

Em todo o caso, o prestígio de Aparício só cresceu. Em 1893 demonstrou sua genialidade como grande estrategista militar. Após o encerramento da Revolução Federalista, apareceria como o grande estrategista político.

## 2- APARÍCIO SARAIVA NA REVOLUÇÃO DE 1896-1897: A CONEXÃO COM OS CASTILHISTAS

A realidade que Aparício Saraiva encontra ao regressar ao Uruguai após ter lutado ao lado dos federalistas é, em poucas palavras, a da exclusão política vivida pelos blancos. Fazendo um balanço da situação no Uruguai, Aparício constatava que uma minoria ilustrada, vinculada aos capitais estrangeiros, impulsionava o governo a uma política de sacrifícios para o povo. Atrélava o presidente Idiarte Borda a este grupo, ao qual havia realizado grandes concessões em transações financeiras verdadeiramente escandalosas. O caudilho avaliava o grupo que estava no poder como privilegiados " que sugam tudo quanto podem e no qual participam não somente colorados, senão também alguns blancos "<sup>7</sup>. A insatisfação do caudilho tinha a ver, também, com a própria estrutura de seu partido que apresentava uma clara diferença entre os doutores da cidade e os caudilhos da campanha.

A imprensa também destaca a chegada de Aparício. Nessa ocasião um redator do diário *La Razón*, de Montevideu, fez uma entrevista com o caudilho na qual ele afirmava que não pensava mais em envolver-se em revoluções, considerando os boatos que corriam nesse sentido como " loucuras". Os acontecimentos posteriores encarregaram-se de desmentir Saraiva, provando que não era de todo infundado o rumor corrente desde os idos de 1893, que atribuía parte de seu envolvimento na guerra civil rio-grandense, ao lado do irmão Gumercindo, a um grande ensaio para sua estréia como condutor dos sucessos políticos em

---

<sup>6</sup> Ver RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A Diplomacia Marginal*. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: Ediupf, 1999.

<sup>7</sup> REYES ABADIE, Washington. *Crónica de Aparício Saravia*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989, p. 51

sua terra. Neste caso, a *avant-première* causara fundo impacto em Aparício, que logo mais prepararia a revolução no Uruguai. Mais ainda, o caudilho na mencionada entrevista, estrategicamente, deixava patente sua desconexão com os federalistas em Montevideú. Essa manifestação deixava-o mais à vontade para as futuras negociações que se entabulariam com os castilhistas, o que de fato se deu, em prol, agora, de uma causa especificamente sua: a revolução blanca.

### 3 - O ENFRENTAMENTO REVOLUCIONÁRIO DE 1896

A partir de seu regresso, Aparício passou a analisar a própria situação do Partido Blanco, que, então, atacava o sistema que havia colocado todos os dispositivos eleitorais em mãos do Executivo e à sua crítica não escapava nenhum ato da administração colorada.

A falta de coesão política em torno da administração do presidente Idiarte Borda era inegável. Exacerbadas críticas faziam-se a ela, principalmente no que tange à lisura de seu governo. Acusações referentes a graves desonestidades financeiras, à aquisição de propriedades em seu benefício pululavam na imprensa e nos círculos políticos de Montevideú. É preciso que se diga que esta aludida corrupção talvez não fosse nem maior, nem menor do que a conhecida em outros tempos. Contudo, o que havia mudado era o contexto no qual estes fatos aconteciam. Os questionamentos acerca da honestidade do presidente Borda colocaram-no numa situação propícia para torná-lo o bode expiatório das culpas de todo um regime que, embora ele não houvesse criado, tampouco permitiu que se transformasse, sendo, isso sim, inflexível na sua manutenção.

À crise política somavam-se as dificuldades enfrentadas no âmbito da economia e das finanças uruguaias. Enquanto a zona da fronteira norte sofria com o processo de pauperização social, em Montevideú faziam-se certas melhorias tais como projetos no porto, nacionalização da usina, canalização das águas em muitos arroios e rios, construção dos primeiros trechos de vias calçetadas e até a criação do Banco da República. A aparência de progresso, no entanto, era quase que toda montada sobre o endividamento externo, cujo transtorno no pagamento seria sentido anos mais tarde.

A dicotomia entre cidade-porto e campanha era também perfeitamente visível nas relações intrapartidárias dos blancos, extremadas, de um lado pelo Diretório e, de outro, pelo caudilho da campanha, Saraiva. A falta de coesão dos blancos havia sido inclusive, explorada

durante a presidência de Herrera y Obes, apoiado por uma minoria branca que foi premiada com um ministério e três chefaturas departamentais - as de Cerro Largo, Treinta y Tres e Flores. Os desacertos internos foram, em larga medida, responsáveis pelas sucessivas abstenções decretadas pelos blancos durante os períodos eleitorais, o que acabava por agravar o isolamento do partido na política nacional. Para os nacionalistas as eleições eram um verdadeiro beco sem saída, que nada mais faziam que confirmar e perpetuar o desterro interno a que estavam submetidos. Parecia que este partido resignava-se com o papel de minoria que a falta de um processo eleitoral autêntico tornava impossível saber se eram ou não.

Esta atitude passiva do Diretório não correspondia às aspirações do partido, em especial de uma nova geração branca que entrava em cena e à qual deveu-se a revitalização do ambiente político da capital com a fundação da Comissão de Conferências Nacionalistas e logo após de clubes permanentes que atingiriam o número de um por seção. Estes clubes espalharam-se também pelo interior, principalmente pela campanha. Em 1896 existiam vinte e cinco clubes difundindo o pensamento opositor, agrupando os militantes mais ativos. Aos atos de fundação, concorriam centenas e às vezes até milhares de correligionários, muitos deles de regiões distantes. Não é de estranhar, portanto, que o movimento reivindicatório em forma de protesto armado tenha partido do interior *criollo* e não da capital onde, em 1889, 47% da população era composta de estrangeiros.

Termômetro dos preparativos revolucionários foi a fundação do *club Gumersindo Saravia*, em agosto de 1896, cujos propósitos resumiam-se em lutar para que o direito de voto fosse respeitado, terminando com as vexatórias fraudes eleitorais. Inaugurado o *club*, resolveu-se que no primeiro domingo do mês de outubro iniciar-se-iam os exercícios militares, escolhendo-se a zona de Cañada Brava, nos campos de Chiquito Saraiva.

À fundação do *club Gumercindo Saravia* seguiram-se a de mais dois *clubs* blancos, o *Comandante Vázquez* e o *Puentes Barrera*, em San Ramón e em San Gregorio, respectivamente. O movimento de fundação de clubes nacionalistas repercutiu em todo o país.

Os preparativos revolucionários de Aparício se aceleraram na medida em que o descompasso com o governo se agravava por ocasião do episódio das tristemente famosas *levas*, em outubro de 1896. As *levas* constituíam um recrutamento forçado de pessoas aptas a comporem as fileiras do exército e, nesta ocasião, foram realizadas em vários locais da campanha como Cerro Largo, Tacuarembó, Treinta y Tres e Durazno.



O início da marcha saraivista ocorreu em 23 de novembro, data escolhida supõe-se para perturbar as eleições marcadas para o dia 29. O caudilho rumou em direção à sua estância em Coronilla, a sudoeste do departamento de Rivera, distante apenas seis ou sete léguas da fronteira com o Rio Grande do Sul. No dia seguinte saiu um proclama, ditado por Saraiva e lido por Sergio Muñoz, um dos poucos homens ilustrados que o cercavam, conclamando à revolução.<sup>8</sup>

Aparício Saraiva esperava encontrar em Coronilla uma numerosa reunião. No entanto, a polícia proibiu o ajuntamento e aqueles que haviam comparecido acabaram retirando-se. Começam, então, a movimentar-se em busca de incorporações, obtendo apenas um contingente de mil homens armados de lança, com algumas dezenas de carabinas e pouca munição. À marcha juntam-se, também, alguns grupos vindos de Montevideú, de outros departamentos e de Buenos Aires.

Após quase duas semanas e mil e duzentos quilômetros percorridos, o movimento tem de reconhecer-se fracassado. A falta de armamento apropriado, em sua maioria composto por lanças, os diversos grupos revolucionários em número aproximado de mil homens limitaram-se a efetuar sua marcha pelas regiões próximas a Cordobés, nos departamentos de Cerro Largo e Durazno, e ao norte do Rio Negro na região de Caraguatá e na Coronilla no departamento de Tacuarembó.<sup>9</sup>

Por sua vez, o exército governista, armado de modernos fuzis e carabinas tipo Mauser, foi encurralando os revolucionários em direção à fronteira gaúcha que, nos primeiros dias de dezembro, atravessaram através de Aceguá.

Em que pese o fracasso militar, a revolução teve importantes resultados morais e políticos, pois reavivou o movimento popular armado. A revolução que, nas palavras de Aparício, *recém começava*, havia encontrado um novo condutor.

#### 4 - A REVOLUÇÃO BLANCA DE 1897: BLANCOS E CASTILHISTAS

Assim como para os federalistas de 1893 a conexão com Aparício Saraiva havia sido decisiva, para os preparativos da revolução blanca de 1897, o Rio Grande do Sul seria

---

<sup>8</sup> Ver REYES ABADIE, Washington. *Historia del Partido Nacional*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, p. 100

<sup>9</sup> MENNA SEGARRA, Enrique. *Aparício Saravia*. Las últimas patriadas. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1977, p. 49

fundamental. Agora, porém, a interlocução política não se daria mais com os federalistas e sim com os já donos do poder – os castilhistas.

Vários contatos haviam sido mantidos entre Aparício Saraiva e elementos rio-grandenses durante a fase que antecedeu o levante de 1896. Logo após seu retorno a Melo, noticiava-se que o líder Blanco havia retornado aos campos gaúchos. O jornal *Gazeta da Manhã*, de Bagé, publicava que, “pessoa chegada do município de Dom Pedrito nos informa que o ex-chefe revolucionário, Aparício Saraiva, esteve em 20 do corrente em Santa Maria, acompanhado de oito homens ” .<sup>10</sup>

Aparício espalhou os boatos que lhe davam como futuro fazendeiro rio-grandense, porém todos já sabiam que o propósito oculto desta insólita viagem era o de obter armamento com alguns chefes federalistas, seus antigos companheiros de armas, para sustentar os planos que já se fazia contra o governo de Idiarte Borda.

Em um primeiro momento passou por Dom Pedrito, com a intenção de ver o estado das armas deixadas em Alegrete, ao final da revolução gaúcha. O contato específico, entretanto, dar-se-ia com Torquato Severo, grande amigo e companheiro federalista de Aparício, homem de sua absoluta confiança. O encontro ocorreu em Santa Maria, tendo o general Blanco regressado ao Uruguai contando com a palavra de Torquato de que colaboraria com homens e armas .

Se a atitude de Torquato tranquilizava Saraiva quanto à questão do armamento, um outro problema afligia o caudilho : e no caso de fracassar o levante e necessitar abrigar-se no Rio Grande ? Prepara, então, o terreno político que lhe permitisse, em situação de necessidade, radicar-se temporariamente no território vizinho. Solicita a Abelardo Márquez, o prócer blanco de Rivera e que conhecia "meio Rio Grande", que falasse com Julio de Castilhos e que lhe transmitisse que, uma vez morto Gumercindo, "considerava-se desligado dos federalistas " .<sup>11</sup>

Momentaneamente, isto bastou para acalmar os republicanos gaúchos, já um tanto ansiosos com a presença do caudilho blanco no estado. Seguro de ter plantado uma base de provisionamento, regressou a Melo e continuou nos preparativos que desencadearam nos acontecimentos do final de 1896.

---

<sup>10</sup> *Gazeta da Manhã*. Bagé. 20/1/1896

<sup>11</sup> REYES ABADIE, Washington. *Crónica de Aparício Saravia*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989, p. 142

Por seu turno, os federalistas gaúchos também faziam questão de desvincular-se dos acontecimentos uruguaios, deixando claro que nada tinham a ver com a revolução blanca. Atribuía qualquer auxílio que eventualmente pudesse ser dado a uma das facções em combate à responsabilidade individual de seus filiados; ou seja, o partido em si declarava-se neutro na contenda. Diziam os federalistas através de seu órgão de imprensa, *A Reforma*, que "lutaremos nas urnas e pelas armas faça quem quiser, sem co-participação do partido republicano federalista, quer direta, quer indiretamente. Aos rio-grandenses nossos correligionários aconselhamos a mais rigorosa abstenção na luta armada".<sup>12</sup>

As previsões de Aparício, sobre um eventual fracasso militar do levante, confirmaram-se; bem como a necessidade de debandar rumo ao Rio Grande. As promessas de Torquato Severo não foram cumpridas, bem como o apelo a outro federalista, Estácio Azambuja, também não surtiu efeito, tendo este alegado que estava "espionado e ameaçado de internamento".<sup>13</sup>

Os contatos mantidos entre Aparício e castilhistas, mediados por Abelardo Márquez que se deslocou várias vezes entre Porto Alegre e a estância de *El Cordobés*, haviam sido bem sucedidos. E, diante da possibilidade de que a guerra civil no Uruguai oportunizasse uma nova ação dos federalistas gaúchos lá assentados, Castilhos julgou mais interessante ter os blancos como aliados do que correr o risco de vê-los novamente junto aos federalistas. Dessa forma é que desde os primeiros momentos da revolução, os blancos terão ampla liberdade de movimento junto à fronteira gaúcha. As autoridades castilhistas, discretamente, faziam vistas grossas aos preparativos bélicos dos blancos, permitindo que, de sua chácara em Bagé, Aparício comandasse todos os aprestos da rebelião que desencadeou em 1897.

Prevendo um agravamento da situação e sabendo que a revolução poderia eclodir a qualquer momento, Saraiva comprava armamento e treinava sua gente. O local escolhido para o adestramento militar de seus homens foi justamente o Rio Grande do Sul, precisamente a propriedade de João Francisco Pereira de Souza chamada Parque Oriental<sup>14</sup>. Ali, com a conivência das autoridades rio-grandenses, se preparava os futuros oficiais do exército revolucionário.

---

<sup>12</sup> GARCIA, Nepomuceno Saravia. *Memórias de Aparício Saravia*. Montevideo: Medina: 1956 p. 65

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*.

A correspondência entre Castilhos e o coronel João Francisco, comandante do batalhão do Cati, atesta que o governo castilhista acobertava os planos dos insurrectos orientais, porém, cercando-se de todas as precauções para não tornar o fato oficial.

O governo castilhista acompanhava cada movimento ocorrido no país vizinho. O fantasma de uma provável reação federalista contra o governo gaúcho muito incomodava. Tudo deveria ser feito para desestabilizar esta cogitação, inclusive aliar-se aos antigos desafetos orientais. O que não podia, no entanto, era oficializar este fato, mesmo que já o fosse de conhecimento público, uma vez que comprometeria constrangedoramente as relações de governo a governo.

Por sua vez, os federalistas, que permaneciam no Uruguai, avaliaram que seria mais vantajoso seguir mantendo ligações estreitas com o governo colorado, que os abrigava em Montevidéu e que, durante os sucessos de 1893-1895, havia desconsiderado os inúmeros protestos do governo rio-grandense para que coibisse sua ação na República Oriental.

A revolução de 1897, de fato, contou com a ajuda do governo castilhista. Se, inicialmente, Castilhos acreditou que o levante Blanco poderia ir contra seus interesses e supôs que Saraiva ao apoderar-se do governo uruguaio em seguida estenderia suas pretensões ao Rio Grande do Sul, logo se convenceu de seu equívoco.

A mudança de posição ocorreu através de hábeis trabalhos diplomáticos, como a já citada intermediação de Abelardo Márquez, como, também, da intercessão do delegado da Junta de Guerra que funcionava em Buenos Aires, Duvimoso Terra. Este se deslocou a Porto Alegre para entrevistar-se com Castilhos, tendo obtido êxito em suas gestões. O resultado das conversações entre os chefes revolucionários e o governo rio-grandense foi um acordo tácito, segundo o qual as autoridades da fronteira gaúcha ignorariam as atividades revolucionárias ali desenvolvidas. Os rebeldes necessitavam contar com a passividade do Rio Grande: sem ela não era possível preparar a revolução. E para Castilhos, o que o levou a consentir o favorecimento ao seu ex-inimigo Saraiva? De acordo com Galvez, “Sinceramente, o sempre atual prazer dos deuses: a vingança”. Para o autor, o governo do Uruguai nada havia feito durante a guerra no Rio Grande para impedir que em seu território se formassem verdadeiros exércitos. Durante três anos as estâncias uruguaias da fronteira, algumas delas pertencentes a brasileiros, haviam sido arsenais e quartéis dos federalistas. Assim sendo, Castilhos via a hora de cobrar-se do governo colorado, apoiando os blancos.

## 5 - OS BLANCOS NA FRONTEIRA RIO-GRANDENSE

O corpo consular uruguaio fixado no Rio Grande do Sul mostrava-se bastante atento aos movimentos que se fazia na fronteira, visto ser por ali que passavam armas e munições aos rebeldes blancos. Alguns cônsules, porém, custavam a admitir a existência de um grosso tráfego revolucionário nos limites de suas jurisdições. Rebatendo o noticiário da imprensa montevidéana, o representante em Uruguai dizia serem inverídicas as informações de que por ali seguia material bélico para abastecer os saravistas. Alegava o cônsul Suarez que era impossível ter passado armamentos por ali, visto "ser a costa do Uruguai muito bem guarnecida, o que torna difícil a passagem".<sup>15</sup> Quanto ao afluxo de cidadãos orientais à fronteira brasileira, Suarez atribuía "ao simples temor de uma revolução, mas não com o fim de alistar-se nas filas revolucionárias".<sup>16</sup> Mais tarde, porém, os fatos provariam que ao cônsul oriental a movimentação revolucionária tinha passado despercebida. Em seguida, Suarez reveria sua posição, o que fica explicitado em sua correspondência com o Ministro em Montevidéu, já no mês de março, logo após o espocar da revolução.

A partir do primeiro mês de guerra, percebe-se pela documentação analisada que a tônica recaiu sobre o envolvimento de Castilhos com os blancos. O teor da correspondência consular indica profundo desagrado pelo fato. Acompanhando a movimentação insurgente, os cônsules relatavam que "as autoridades, da mais alta hierarquia, já não se preocupam em manter as aparências, e fazem escárnio da boa harmonia internacional, amparando e protegendo (...) a revolução oriental"<sup>17</sup>.

Embutida nas críticas ao governo rio-grandense estava todo um temor de comprometimento das relações internacionais entre Uruguai e Brasil. Já se nota, perfeitamente, um clamor pela intervenção do governo federal nos assuntos gaúchos que dizem respeito ao Uruguai. Da mesma forma que Castilhos cobrava neutralidade da República Oriental por ocasião dos sucessos de 1893-1895, quase levando o Brasil ao rompimento das relações diplomáticas com o país vizinho, agora era a vez das autoridades orientais queixarem-se da ingerência indevida.

---

<sup>15</sup> Archivo General de la Nación. Montevideo. 22/2/1897.

<sup>16</sup> Idem

<sup>17</sup> Archivo General de la Nación. Montevideo. 12/2/1897.

As reclamações e queixas provenientes dos vice-consulados uruguaios na região fronteiriça sucederam-se durante todo o ano de 1897. As manobras de guerra eram indisfarçáveis e ocorriam sob as vistas dos rio-grandenses. O foco das reclamações recaía sobre a cidade de Livramento. Dali, o representante oriental anotava a passagem de líderes blancos, tais como Eduardo Acevedo Díaz, Luis Gil, Juan Francisco e Ignacio Mena, sobre os quais recaíam pedidos de internação imediata por parte do governo uruaio que eram, em quase todos os casos, ignorados pelo Rio Grande que, por seu turno, "prestava-lhes decidida ajuda (...),sem molestá-los, nem desarmá-los".<sup>18</sup>

É inegável que Aparício Saraiva comandou os episódios de 1897 com relativo sucesso em razão da possibilidade de transitar livremente pelo território rio-grandense e pelo apoio, não declarado, de Castilhos. Se não é possível afirmar que os blancos revolucionários foram vencedores nesse embate, também não é correto considerar que foram vencidos. O embate acabou gerando um acordo político entre o governo de Cerrito e o de Montevideú: o Pacto da Cruz. Porém, o ponto mais importante do acordo não estava escrito, fazendo parte da velha prática do acordo verbal e resumindo-se a concessão de seis chefaturas departamentais aos blancos, ratificando-se, assim, o princípio da co-participação dos partidos no governo, estabelecido há vinte e cinco anos atrás, na Paz de Abril.<sup>19</sup>

No entanto, mais do que outorgar a administração de alguns departamentos aos blancos, O Pacto Da Cruz implicou a afirmação da coexistência de dois governos: Cuestas, em Momntevideú, e Saraiva, em El Cordobés. Daí a instabilidade do acordo, pois bastava que o presidente quisesse governar, de fato, o país para que a guerra civil se tornasse uma ameaça.

## **6 - O PREÂMBULO REVOLUCIONÁRIO DE 1904**

Após a revolução de 1897, sucedeu-se uma espécie de paz armada entre os blancos de Saraiva e o governo de Montevideú. Porém, se sabia, de ambos os lados, que o pacto de 1897 era instável e a qualquer discrepância mais grave poderia advir o levante armado. Os blancos da campanha não pretendiam abdicar de suas posições conquistadas e, por isso, necessitavam cercar-se de garantias. O discurso poderia ser profícuo, pensava Saraiva, mas a força das armas era argumento mais convincente.

---

<sup>18</sup> Archivo General de la Nación. Montevideo. 16/6/1897

<sup>19</sup> Os departamentos entregues aos blancos foram os de Rivera, Treinta y Tres, Cerro Largo, Maldonado, San José e Flores. Destes, três fazem fronteira com o Rio Grande do Sul.

A movimentação política iniciada em meados de 1900 já visava as eleições presidenciais que ocorreriam em março de 1903. O principal nesta conjuntura constituía-se na dúvida sobre a sobrevivência ou não do regime de co-participação. Disto dependia a manutenção da paz obtida em 1897.

O presidente eleito pelo Partido Colorado, José Batlle y Ordoñez, desconheceu o acordo firmado em 1897, no Pacto da Cruz, e negou ao partido adversário as conquistas antes arrancadas. Designou quatro chefes políticos nacionalistas de acordo com as indicações do Diretório, porém reservou os dois cargos restantes - e um ministério - para recompensar a minoria blanca que o havia apoiado. Ignorando a gravidade do assunto Batlle nomeou para San José e Rivera chefes políticos de sua confiança, ignorando totalmente a opinião dos blancos ligados à Saraiva.

Ao tomar conhecimento da designação, Abelardo Márquez, que vinha a ser o chefe político desalojado em Rivera, telegrafou a Saraiva consultando-o sobre a atitude a ser tomada, recebendo como resposta: *Non entregue*.<sup>20</sup>

Esta foi a fagulha que incendiou o país, fazendo com que Saraiva deflagrasse, novamente, o apelo às armas, em 15 de março, em protesto à violação do pacto de 1897. Imediatamente, Batlle pôs em andamento as negociações para um acordo, sendo que suas bases foram rechaçadas por Saraiva. Após várias rodadas de negociações, a paz foi firmada em Nico Perez, em 30 de março de 1903. O acordo era, em síntese, a renovação do Pacto da Cruz, cumprindo função provisória até que fosse efetivada a cláusula fundamental, a das eleições livres. Ambos os partidos deveriam acatar o resultado das urnas.

A pacificação, neste contexto, configurava apenas uma trégua, dando tempo a Batlle para que se acostumasse com as práticas de defesa militar, cuja direção estava a seu cargo. Neste sentido, a revolução foi uma experiência significativa, pois, a partir dela, Batlle tratou de reestruturar os quadros militares, transferindo chefes, mobilizando regimentos, nomeando comandantes nos departamentos, convocando milícias e guardas nacionais em campanha, criando batalhões destas guardas na capital, reunindo cavalhadas e comprando armamentos.

Embora seus discursos, neste interregno, não o dissessem, o presidente eleito não havia desistido de isolar os nacionalistas, sendo seu objetivo precípua o governo de partido. Os

---

meses que precederam a revolução de 1904 foram, na verdade, de uma *paz armada*, que alarmava e emperrava os negócios, sendo quase impossível o andamento normal do país.

Quase uma década após a eclosão do conflito entre castilhistas e federalistas, o governo rio-grandense mantinha severa vigilância em relação aos federalistas. Mesmo antes de 1903, o governo gaúcho já tratava de assegurar a convivência branca à consecução de sua hegemonia política no Rio Grande do Sul. Isso equivale a dizer que os federalistas permaneciam uma ameaça constantemente considerada, mesmo após a derrota de 1895. A guerra não havia extirpado a oposição: colocara-a do outro lado da fronteira, de onde podia sair a qualquer momento, ainda mais se pactuada com forças políticas orientais.

Após a morte de Castilhos, em 1903, seu sucessor, Borges de Medeiros, provou ser a verdadeira extensão do pensamento do ex-governador dando plena continuidade às coordenadas autoritárias características do PRR, acumulando a direção governamental e a chefia política do partido, contando para isto com o apoio explícito de todos os representantes republicanos na Assembléia.

A partir do preâmbulo de 1896 e do desencadeamento da revolução em 1897, foram dadas as coordenadas para que o governo rio-grandense montasse sua estratégia de ação, a qual visava em primeiríssimo lugar exterminar a sobrevivente ameaça federalista, cujas vinculações no país vizinho constituía-se obstáculo considerável ao projeto de hegemonia do PRR no estado sulino.

A fórmula escolhida pelo governo rio-grandense resumiu-se a franquear colaboração à causa branca, transformando seus antigos inimigos em oportunos aliados. Comprometendo os blancos da fronteira em uma aliança tácita, os castilhistas imaginavam neutralizar a ação dos federalistas que ainda encontravam-se no Uruguai. Necessitados de recursos para sua insurreição, os blancos de Aparício Saraiva agregariam imediatamente a oferta do governo gaúcho, sem pejo algum em transacionar com a facção que tão brutalmente os havia perseguido em 1893.

Na verdade, os castilhistas aderiram tão decididamente à causa dos blancos porque sabiam que era do Uruguai que poderia vir o único grupo que efetivamente poderia oferecer resistência e ameaçar a hegemonia do castilhismo - os federalistas.

Os federalistas sentir-se-ão momentaneamente desarticulados com a morte de Silveira Martins, em 23 de julho de 1901, em Montevideu. O desaparecimento do tribuno, porém, não



implicou no término imediato das pretensões federalistas que, tendo à frente Rafael Cabeda, e Barros Cassal, prosseguirão com seus planos do Uruguai. No entanto, as próprias circunstâncias se encarregariam de minar o projeto de solapar o poder castilhistas no Rio Grande.

Os castilhistas vigiavam zelosamente a fronteira, articulando-se com os blancos que intentavam o levante contra o governo colorado. Estão exaustivamente comprovadas as ligações das autoridades rio-grandenses com os líderes blancos. João Francisco Pereira de Souza personifica, em primeiro lugar, esta vinculação.<sup>21</sup>

É certo que João Francisco não insistiu em manter a neutralidade gaúcha no conflito. Longe disso, participou ativamente e compromissou-se com Aparício. Diante de certas ponderações feitas por Borges acerca da aliança com os blancos, o coronel do Cati contra-argumentava com a ameaça federalista. No final do ano de 1903, fazia referência a que os maragatos estavam em grande atividade, comprando armas em Buenos Aires. Mais ainda, o caudilho atribuía a Batlle o envio de grande quantidade de armas à fronteira, sendo que este armamento seria, posteriormente, posto à disposição dos federalistas para que estes atacassem os blancos.

As alegações do caudilho prestam-se a muitos fins. Um deles seria o de atemorizar o governador gaúcho quanto à possibilidade de uma invasão federalista; outro seria o de encerrar as pressões sobre a propalada neutralidade na fronteira. Ligando Batlle aos federalistas, João Francisco desautorizava qualquer reivindicação aquele respeito por parte do governo oriental. Por último, o coronel João Francisco poderia querer supervalorizar suas funções junto à linha fronteiriça.

## **7 - A GUERRA DE 1904**

No início de janeiro de 1904, o exército Blanco colocou-se a postos. Deslocando-se num movimento de guerrilha, os blancos de Saraiva estavam escudados pelas experiências de 1893, 1897 e de 1903. Desta vez contavam com um número muito mais elevado de combatentes, estimado em torno de 20.000. Enquanto isso, Batlle contava com um aparato de guerra muito mais moderno: suas tropas deslocavam-se preferencialmente de trem, seu

---

<sup>21</sup> Ver PAYRÓ, Roberto. *Crónica de la revolución oriental de 1903*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

exército era melhor organizado e apetrechado, a rede de comunicações era bastante ágil para a época, e contava com um exército formado por aproximadamente 36.000 homens.

Convencido como estava de que um ataque a seu governo era um grave solapamento da legalidade, recorreu a severas medidas. Decretou a interdição dos bens dos estancieiros blancos, a fim de que estes não apoiassem financeiramente a revolução; censurou a imprensa, primeiro por decreto e depois por lei sancionada pelo Poder Legislativo, com o objetivo de que não se informasse extra-oficialmente as operações, para que não opinasse contra a legitimidade da ação governamental e, finalmente, para que não pudesse exigir a renúncia presidencial.

Por sua vez, o governador Borges de Medeiros foi, durante a revolução de 1904, constantemente informado por João Francisco sobre a possibilidade de uma reação dos federalistas. A alternativa sugerida por João Francisco para suprir a segurança da fronteira era o aumento dos contingentes da Brigada Militar e a criação de corpos provisórios nas cidades fronteiriças. Isso vinha exatamente ao encontro dos foros autonômicos propostos na ideologia política que regia o estado gaúcho, sendo visto com muita simpatia.

A tônica do discurso do PRR dizia respeito a uma provável invasão federalista após a vitória de Batlle, justificando-se, desse modo, a aliança com Aparício Saraiva. Ao que se falava, a *maragatada* só esperava pelo fim da luta no Uruguai para alçar-se contra o Rio Grande, sendo Batlle o mais pérfido inimigo dos rio-grandenses.

O jornal *A Federação* também aludia a que os federalistas haviam-se animado com a eleição de Batlle para atentar novamente contra o Rio Grande do Sul. Durante este período, é notório como esta folha reduz o noticiário sobre a revolução uruguaia, restringindo-se à notas sobre as batalhas militares, sem emitir opinião contra ou a favor deste ou daquele partido envolvido. Fala-se mais da oportunidade que os federalistas teriam com a desorganização da fronteira, para atacar o governo gaúcho e dos combatentes arregimentados nesta zona para lutar ao lado das forças do general Escobar, ligado aos colorados.

Os abusos contra a propriedade, ocorridos durante a revolução, exauriram o vizinho Uruguai, já cansado de tantas guerras civis. A economia da campanha estava completamente paralisada, o que se refletiu no abastecimento de Montevideú. Faltavam gêneros alimentícios, paralisava-se o comércio, acumulavam-se os prejuízos. A paz era uma necessidade premente.

Os blancos ressentiam-se da falta de recursos financeiros e bélicos, bem como das dissidências internas que se aprofundavam, mas continuavam a lutar. Não é nosso propósito examinar os fatos militares que antecedem o final da guerra, apenas referir que o encerramento do conflito deu-se nas circunstâncias da morte de Aparício Saraiva, alvejado na batalha de Masoller, em 01 de setembro. Morreu na estância de Dona Luiza Pereira, mãe de João Francisco, em território brasileiro.

Ali estava encerrando-se um ciclo revolucionário, que da perspectiva cronológica iniciou-se com a revolução federalista de 1893, passou pelo conflito Blanco em 1897 e culminou em 1904. Entendemos ser pertinente conceituar esta etapa como um ciclo, uma vez que estas revoluções, guardadas suas especificidades, estiveram significativamente relacionadas através da repercussão que tiveram nos dois territórios e na mobilização internacional que causaram e, em destaque, pela liderança de Aparício Saraiva.

Na etapa revolucionária de 1893 a 1904 Aparício Saraiva foi o grande condutor dos conflitos políticos na fronteira. No que tange à conexão com os federalistas, foi grande estrategista militar responsável pela longa duração do conflito, ao assumir o lugar de seu irmão Gumercindo, após a morte deste. Tendo sido os acontecimentos no Rio Grande o palco para seu grande ensaio, é certo que Aparício torna-se a partir de seu retorno ao Uruguai o líder incontestável dos blancos da fronteira norte. Dali liderou os levantes que atormentaram a república vizinha por quase uma década, assombrando as autoridades de Montevideú. Não teve pejos em aliar-se aos seus antigos inimigos castilhistas. O fez por ser um caudilho que lutou em primeiro lugar pelos interesses de sua bandeira. Por isso, a aliança com as autoridades rio-grandenses eram estratégicas e até certo ponto inevitáveis. Não foi fiel aos seus ex-aliados, os federalistas, assim, como estes também não puderam honrar a antiga aliança e acabaram se associando aos colorados.

No contexto analisado, emerge com total saliência o fato de que a fronteira Rio Grande do Sul-Uruguai constituiu uma área de intenso trânsito político, sendo que as contendas daqui repercutiam lá e vice-versa. Pelos interesses comuns e pelas alianças estabelecidas a neutralidade política em ambos os lados configurou-se em uma impossibilidade, a despeito do que recomendavam as chancelarias. Ao contrário, o que se observou foi o estreitamento das relações políticas nesta zona e o estabelecimento de um viés de excessiva autonomia por parte

do governo rio-grandense que conduziu a política externa desconsiderando as próprias diretrizes do governo federal.